

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 3

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 3

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural
3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de
Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-29-0

DOI 10.22533/at.ed.290201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E PERFIL DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	
Julliano Cruz de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2902013021	
CAPÍTULO 2	14
FRACASSO ESCOLAR NO BRASIL: PRINCIPAIS CAUSAS	
Maria do Rosário Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2902013022	
CAPÍTULO 3	24
GAME DA ÁGUA: UMA ATIVIDADE LÚDICA PARA O ENSINO DA QUÍMICA DA ÁGUA PARA ALUNOS DE ENSINO MÉDIO	
Regianne Ferreira da Silva	
Karolayne Amorim Souza	
Tatiana. Aparecida Rosa da Silva	
Edina Cristina Rodrigues de Freitas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2902013023	
CAPÍTULO 4	36
BRINCADEIRA PROTAGONIZADA COMO POSSIBILIDADE DIDÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR	
Fernanda Oliveira Brigatto Silvano	
DOI 10.22533/at.ed.2902013024	
CAPÍTULO 5	45
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: PERSPECTIVAS E REALIDADE	
Nazaré dos Santos Costa Alves	
Ione Oliveira Jatobá Leal	
DOI 10.22533/at.ed.2902013025	
CAPÍTULO 6	54
IGARAPÉ BEM TEMPERADO 2016: A EXTENSÃO DA APRENDIZAGEM PARA ALÉM DOS MUROS DA FACULDADE	
Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.2902013026	
CAPÍTULO 7	69
INFÂNCIAS MARCADAS PELAS DINÂMICAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS: UM DIÁLOGO ENTRE A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E PAULO FREIRE	
Ana Sebastiana Monteiro Ribeiro	
Renata Cristina de L.C.B. Nascimento	
Samantha Dias de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2902013027	

CAPÍTULO 8	79
JOGOS E ENSINO DE HISTÓRIA: O USO DO JOGO RPG (<i>ROLE PLAYING GAME</i>) DIGITAL PARA O ENSINO <i>ONLINE</i> DAS ROTAS DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NA BAHIA	
Joelma Cerqueira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2902013028	
CAPÍTULO 9	88
<i>LIGHTBOT</i> LOGICAMENTE: UM GAME LÚDICO AMPARADO PELO PENSAMENTO COMPUTACIONAL E A MATEMÁTICA	
Daniella Santaguida M. de Souza	
Graziela Ferreira Guarda	
Ione Ferrarini Goulart	
Maria Luiza F. Goulart	
DOI 10.22533/at.ed.2902013029	
CAPÍTULO 10	99
LITERATURA GAMIFICADA	
Carolina Müller	
DOI 10.22533/at.ed.29020130210	
CAPÍTULO 11	109
NANOCIÊNCIA E NANOTECNOLOGIA: UMA PROPOSTA MULTIDISCIPLINAR PARA O ENSINO MÉDIO	
Marccus Victor Almeida Martins	
Débora Silva Vidigal Dourado	
Jerliam Soares Araújo	
Jocélia Pereira de Carvalho Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.29020130211	
CAPÍTULO 12	117
NOVOS OLHARES SOBRE A PEDAGOGIA	
Rosemeire Ferrarezi Valiante	
Noely de Assunção Gomes	
Priscila Dayse Gomes Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.29020130212	
CAPÍTULO 13	133
O CURSO DE EXTENSÃO <i>OFICINA DE ALFABETIZAÇÃO</i> : REFLEXÕES, MUDANÇAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E NOS RESULTADOS JUNTO ÀS CRIANÇAS ALFABETIZANDAS	
Luciane Manera Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.29020130213	
CAPÍTULO 14	145
O ENSINO DO DIREITO PARA OS INDÍGENAS	
Nadia Teresinha da Mota Franco	
Patrícia Guerrero	
DOI 10.22533/at.ed.29020130214	

CAPÍTULO 15	157
O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM RONDÔNIA	
Rudhy Marssal Bohn Marilsa Miranda de Souza Francisco Cetrulo Neto	
DOI 10.22533/at.ed.29020130215	
CAPÍTULO 16	177
O PAPEL DO CORPO NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: A RELAÇÃO CORPO/MENTE NA ESCOLA	
Caio Cezar Piraciaba de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.29020130216	
CAPÍTULO 17	188
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO CENÁRIO DAS ASSIMETRIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.29020130217	
CAPÍTULO 18	201
O PROFESSOR, A SALA DE AULA, OS DESAFIOS QUE SE APRESENTAM E A APRENDIZAGEM COLABORATIVA	
Diego Souza dos Santos Irene da Silva Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.29020130218	
CAPÍTULO 19	211
O USO DE <i>FANFICTIONS</i> COMO PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE TEXTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Greicielle da Silva Borges Karyne Paula de Souza Franco Tauã Carvalho de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.29020130219	
CAPÍTULO 20	219
O USO DO LITEMAP EM UMA DISCUSSÃO COLABORATIVA	
Luziana Quadros da Rosa Renata Oliveira da Silva Lucyene Lopes da Silva Zaida Cristiane dos Reis Márcio Vieira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.29020130220	
CAPÍTULO 21	231
OBJETOS E FOTOGRAFIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Jéssica Domenic Candiani Martins Magda Madalena Tuma	

DOI 10.22533/at.ed.29020130221

CAPÍTULO 22 245

OFICINA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA PROFESSORES DO QUARTO E QUINTO ANO DA ZONA RURAL DA SEMED

Cleusa Suzana Oliveira de Araujo
Lucia Helena Soares de Oliveira
Maria José Pereira de Sousa
Kamila Queiroz Guimarães
Elizama de Oliveira Pereira Gaspar

DOI 10.22533/at.ed.29020130222

CAPÍTULO 23 254

OS DESAFIOS DO ENSINO DE LIBRAS: ADEQUAÇÃO DOS LÉXICOS UTILIZADOS NAS DISCIPLINAS DE LIBRAS DA UFJ

Thábio de Almeida Silva
Kamilla Fonseca Lemes
Érica Ferreira Melo

DOI 10.22533/at.ed.29020130223

CAPÍTULO 24 264

OS MÉTODOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO

Ayer Barsanulfo Franco
Alexsandro Silva Mateus
Max Miliano Costa
Jair Pereira Melo Júnior
João Eduardo Viana Guimaraes

DOI 10.22533/at.ed.29020130224

CAPÍTULO 25 272

OS POVOS ORIGINÁRIOS DO CARIRI PARAIBANO: DIÁLOGOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Elenilda Sinésio Alexandre da Silva
Aristófanés Alexandre da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29020130225

CAPÍTULO 26 280

OS SABERES NECESSÁRIOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR: UM OLHAR SOB O PRISMA DISCENTE

Leonardo Mendes Bezerra
Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho
Terezinha de Jesus Maia Lima

DOI 10.22533/at.ed.29020130226

CAPÍTULO 27 292

OUTRO PERSONAGEM DE RANCIÈRE? - LOUIS-GABRIEL GAUNY E SEU RELATO AUTO-FORMATIVO

Vinicius B. Vicenzi

DOI 10.22533/at.ed.29020130227

CAPÍTULO 28	305
PABLO PICASSO: TRAÇOS E DESENHOS GEOMÉTRICOS. RELATOS DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA ACADEMICA DE ARTES VISUAIS – MODALIDADE PARFOR	
Lilian Verônica Souza Lindamir Aparecida Rosa Junge Roseli Kietzer Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.29020130228	
CAPÍTULO 29	313
PAULO FREIRE E MARIO OSORIO MARQUES: UM LEGADO DE EDUCAÇÃO HUMANIZADORA	
Antônio Carlos Gonçalves do Amaral Milton César Gerhardt Walter Frantz	
DOI 10.22533/at.ed.29020130229	
CAPÍTULO 30	322
EDUCAÇÃO SEXUAL: CRIANÇAS E O PROCESSO DE (RE)CONHECIMENTO DO CORPO, DA SEXUALIDADE, DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Heitor Messias Reimão de Melo Fernando Sabchuk Moreira Valquiria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares Vanessa Cristina Scaringi	
DOI 10.22533/at.ed.29020130230	
SOBRE A ORGANIZADORA	351
ÍNDICE REMISSIVO	352

FORMAÇÃO E PERFIL DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Data de aceite: 31/01/2020

Julliano Cruz de Oliveira

Mestre em Teologia pela Faculdades EST.
Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Morada Nova. E-mail: julliano.cruz@ifce.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem como ponto de partida uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Faculdades EST. Para a escrita deste texto realizou-se uma revisão dos documentos e das legislações do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), anteriormente consultadas na ocasião da pesquisa de mestrado, tendo em vista a atualização do Projeto Político Pedagógico Institucional do IFCE (2018), publicado após a defesa do Trabalho Final de Mestrado. O texto ora apresentado consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental a partir da seleção de livros e artigos de autores e autoras da área educacional e de ensino, a exemplo de Paulo Freire (2015), Selma Garrido Pimenta (2014), Léa das Graças Camargos Anastasiou (2014) e Lucilia Regina de Souza Machado (2008) para a sustentação teórica. Discorre sobre a formação e o perfil docente da EPT e especificamente no IFCE. Foram analisadas as concepções

de docência e de educação estabelecidas no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e as peças legais que regulamentam a atividade docente no IFCE. Constatou-se que não há exigência de uma formação pedagógica para lecionar nos cursos do IFCE, o que é uma fragilidade, pois para haver aprendizagem o/a docente necessita de conhecimentos que os cursos de bacharelados não contemplam, os saberes pedagógicos. Há, portanto, uma necessidade de se fortalecer as políticas de formação pedagógica para os docentes do IFCE.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica; Perfil Docente; Formação de Professores.

ABSTRACT: The present paper has as its starting point a research carried out in the Graduate Program in Theology, at EST Colleges. For the writing of this text, a review was made of the documents and laws of the Federal Institute of Education of Ceará (IFCE), previously consulted at the time of the master's research, in order to update the IFCE Institutional Pedagogical Political Project (2018) which was published after the defense of the Master's Thesis. The text presented here consists of a bibliographic and documentary research based on the selection of books and articles by authors from the educational and teaching areas, such

as Paulo Freire (2015), Selma Garrido Pimenta (2014), Léa das Gracias Camargos Anastasiou (2014) and Lucilia Regina de Souza Machado (2008) for theoretical support. The paper talks about the formation and the teacher profile in Professional and Technological Education (EPT) and specifically at IFCE. The conceptions of teaching and education established in the Institutional Pedagogical Political Project (PPI) and the legal pieces that regulate the teaching activity at IFCE were analyzed. It was found that there is no requirement for a pedagogical training to teach at IFCE courses, which is a weakness, because in order to have learning the teacher needs knowledge that the baccalaureate courses do not include, the pedagogical knowledge. Therefore, there is a need to strengthen the pedagogical training policies for IFCE teachers.

KEYWORDS: Professional and Technological Education; Teaching Profile; Teacher training.

1 | INTRODUÇÃO

O exercício da docência exige do professor saberes e competências que fundamentem uma prática voltada para um ensino de qualidade que promova a construção do conhecimento através da aprendizagem. A docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) compreende um saber específico: articular o saber do conteúdo científico, para formar um profissional competente, com o saber pedagógico, que embasa a prática docente. Considerando o processo de mudanças pelo qual vem passando o mundo contemporâneo, com os avanços científicos e tecnológicos, onde o conhecimento rapidamente se torna ultrapassado, faz-se necessário que os professores estejam constantemente revendo e reformulando seus saberes, a fim de proporcionar aos estudantes novas metodologias e propostas pedagógicas que oportunizem aprendizagens individuais e coletivas.

Nesta perspectiva, o presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental que discorre sobre a formação e o perfil docente da EPT e especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Pretende-se analisar a legislação pertinente à Educação Profissional e Tecnológica, bem como os documentos institucionais do IFCE, a exemplo do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), assim como outros atos normativos a exemplo de Portarias e Notas Técnicas emitidas pela sua gestão máxima, procurando compreender as consonâncias com relação às concepções de Docência e de Educação defendidas pela instituição através da análise do perfil e da formação inicial dos seus docentes.

Para a sustentação teórica foram selecionados autores e autoras da área da Educação, a exemplo de Paulo Freire (2015), Selma Garrido Pimenta (2014), Léa das Graças Camargos Anastasiou (2014) e José Carlos Libâneo (2013). A análise de conceitos e leis foi aprofundada com as leituras dos estudos de Lucília Regina de

Souza Machado (2008), Eliezer Pacheco (2011), Maria Ciavatta (2014), entre outros autores.

2 | CONCEPÇÃO DE DOCÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu artigo 2º, nos traz que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]. (BRASIL, 2008).

No artigo 6º, inciso III, da mesma lei, é estabelecida como finalidade e características destas instituições, a promoção da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior (BRASIL, 2008).

Percebe-se, portanto, que são instituições diferentes das escolas de Educação Básica e das Universidades, tendo em vista a possibilidade de atuação em mais de um nível de ensino, ou seja, há uma pluralidade de cursos e de currículos no mesmo espaço educacional. Essa estrutura acarreta um grande desafio na prática do ensino, pois é necessário que as diferentes abordagens metodológicas e práticas pedagógicas estejam integradas às diferentes áreas do conhecimento, conforme Silva (2009), com o objetivo de contribuir para a cisão entre ciência/tecnologia/cultura/trabalho e teoria/prática ou mesmo com o tratamento fragmentado do conhecimento.

Em seu Projeto Político Pedagógico Institucional (2018), o IFCE se apresenta como um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país, que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade; trata-se, portanto, de estratégia de ação política e transformação social, através da construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

Para uma melhor compreensão de como se dá essa construção de saberes, envolvendo elementos tão complexos, faz-se necessário entender as concepções de ser humano, de educação e de currículo adotadas pela instituição que servem como norte para suas ações pedagógicas, inclusive no exercício da docência propriamente dita, em sala de aula.

Assim, tem-se como concepção de ser humano a de:

um ser histórico-cultural, individual e social, inacabado, portanto, consciente do inacabamento e em permanente busca do vir a ser, ou seja, um sujeito fruto da interação de fatores biopsicossociais, cognoscente e com corporeidade, que poderá agir de maneira reflexiva, crítica, visando à superação das dificuldades e à plenitude de sua existência e de seus semelhantes. (IFCE, 2018, p. 29).

É importante ressaltar que tanto o docente quanto o estudante encontram-se inseridos nessa concepção de ser humano, tendo em vista que no processo de ensino e aprendizagem a docência deve ser compreendida como uma prática reflexiva, ou seja, o professor deve se conceber como um sujeito também inacabado que ao repensar criticamente sua prática, atrelando seus saberes a ela, consegue melhorar sua próxima prática, como afirma Paulo Freire (2015).

Nesse sentido, na visão do IFCE, a educação deve ser um processo que liberta o ser humano, torna-o sujeito de suas aprendizagens e produtor de conhecimento, a partir de suas próprias experiências e valores com sólida base científica e tecnológica, formando-o para o mundo do trabalho. Para isso, o currículo deve ser compreendido como um instrumento que serve para a formação do ser humano em sua totalidade, de maneira crítica e reflexiva, pautado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, favorecendo uma formação ética, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tornando-se assim um ser atuante na sociedade, conforme preconiza o segundo artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996.

Faz-se necessário ainda, compreender a concepção de educando definida pelo IFCE no documento, antes mesmo de ampliar a discussão sobre a constituição do perfil docente, foco deste trabalho.

Assim, educando:

É o sujeito que, no âmbito da Educação Profissional, respeitadas a sua história, gênero, idade, crença e procedência econômica e social, é agente e paciente da formação integral e sólida para o trabalho. Nesse sentido, ele deve ser visto e se ver como um cidadão-profissional em contínua formação, que enxerga o mundo do trabalho como algo que não se encerra em si mesmo, ao mesmo tempo em que capta nele as possibilidades de aprendizagem e descoberta. (IFCE, 2018, p. 57).

Alguns elementos desta definição merecem destaque, principalmente no sentido do fazer pedagógico e didático, mais especificamente. A princípio vê-se que o estudante precisa ter suas individualidades e diversidades acolhidas a fim de que sua formação seja integral. Acrescente-se que o estudante é também sujeito na sua formação, se utilizando de sua bagagem de conteúdo, adquirida no mundo do trabalho ou em outras experiências, para a construção de outros caminhos para aprendizagens, reconstruindo seu conhecimento.

Neste sentido, Freire (2015) aponta que:

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (FREIRE, 2015, p. 28).

Exige-se, portanto, uma prática docente que suscite a busca pelo conhecimento, a reflexão e a criatividade, contemplando a integração através da interdisciplinaridade dos conteúdos com saberes que foram previamente adquiridos e com a contextualização dos conhecimentos básicos com os específicos de cada área profissional. Isso permitirá uma troca de conhecimento com os diversos âmbitos da sociedade assegurando uma formação profissional e humana em todos os níveis de ensino – do curso técnico à pós-graduação – através de um processo de ensino-aprendizagem fundamentado na dialogicidade, criticidade, pela curiosidade epistemológica e autonomia do estudante (FREIRE, 2015).

Diante dessa contextualização, em seu projeto institucional, o IFCE defende a ideia de que o professor vai além de um profissional que transmite conteúdos, sendo concebido como Educador, entendendo que nos processos de ensino e de aprendizagem há a necessidade da atuação de dois sujeitos, o educando, que discutimos anteriormente, e o educador. Este encontra nessa instituição, com uma organização curricular peculiar, a possibilidade de promover espaços para a construção e reconstrução de saberes, estabelecendo diálogos, nos mais diversos níveis de ensino, com os conhecimentos técnicos, científicos e culturais, articulando seus próprios saberes com a formação prévia dos/as discentes, criando novas metodologias para sua prática, garantindo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, como está definido no PPI:

Este lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada, exige outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar. Significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo [...] (IFCE, 2018, p. 56).

Portanto, o perfil desse educador, como define Lucília Machado (2008), seria de:

um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, níveis e instâncias educacionais, conhecimento de sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar. (MACHADO, 2008, p. 17).

Para Libâneo (2013), a tarefa principal do professor é garantir a unidade didática

entre ensino e aprendizagem, por meio do processo de ensino. Segundo o autor, esse é um processo coordenado de ações docentes que visa alcançar resultados, devendo ter como ponto de partida o nível atual de conhecimento do estudante, suas experiências e desenvolvimento mental, e por isso, exige-se que seja constituído de objetivos bem definidos, conteúdos e formas de organização.

O ensino objetiva a progressiva transformação das capacidades e habilidades intelectuais dos estudantes através da transmissão e assimilação dos conteúdos dos componentes curriculares. São conhecimentos sistematizados e selecionados das bases das ciências e da produção da ação sociocultural da sociedade que foram organizados para serem ensinados, constituindo assim o currículo. O resultado a ser alcançado com todo esse processo é, portanto, a aprendizagem.

Assim, o ensino e a aprendizagem são dois elementos do mesmo processo, exigindo-se, portanto, profissionais docentes cada vez mais competentes. A docência na EPT compreende um saber específico: o conteúdo deve ser capaz de instrumentalizar o exercício profissional, para garantir a articulação dos saberes técnicos, específicos de cada área, dos saberes didáticos e do saber do pesquisador, como afirma Araújo (2008). Além disso, deve-se considerar também o processo de mudanças pelo qual vem passando o mundo atualmente, com os avanços científicos e tecnológicos, onde o conhecimento se torna rapidamente ultrapassado, faz-se necessário que o docente esteja constantemente revendo e reelaborando seus saberes e suas práticas.

São nesse contexto que estão inseridos os profissionais das diversas áreas de formação que ao ingressarem nos Institutos Federais passam a pertencer à carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), de acordo com a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012. São docentes, em sua grande maioria, com formação inicial em cursos de bacharelado nas áreas das ciências e tecnologias, que podem lecionar tanto em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, por exemplo, quanto em cursos de graduação.

Ou seja, de acordo com a legislação que regulamenta a profissão não há diferenciação entre docente de um ou outro nível de ensino, tendo a possibilidade de transitar muitas vezes em cursos de outro eixo tecnológico, no mesmo campus de lotação, de acordo com a demanda de oferta de cursos e de componentes curriculares.

3 | DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EPT

Para o funcionamento dos cursos ofertados na EPT, há diretrizes curriculares específicas, que também orientam o exercício do magistério. As diretrizes curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram definidas através da

Resolução nº 6, do Conselho Nacional de Educação, de 20 de setembro de 2012, estabelecendo princípios, critérios e concepções metodológicas e pedagógicas para a oferta de cursos nesta modalidade.

A partir da análise desta resolução, pretende-se encontrar elementos que estabeleçam o perfil esperado do professor para atuar nestes cursos. Cabe aqui discutir essas diretrizes pensando na sua efetivação, aplicabilidade no cotidiano escolar e na prática em sala de aula.

A princípio, os cursos de ensino técnico podem ser ofertados de forma articulada e subsequente ao Ensino Médio (EM). No caso de ser articulada ao EM, a oferta pode acontecer de forma integrada, ou seja, o estudante cursa o ensino médio e tem a formação técnica ao mesmo tempo e na mesma instituição. A outra possibilidade é que essa articulação aconteça na forma concomitante, em que há a alternativa de cursar o ensino técnico em uma instituição distinta à do ensino médio, tendo o estudante a obrigatoriedade de comprovar a matrícula nesta. Os cursos na forma subsequente são destinados exclusivamente para quem concluiu o ensino médio. Além de se articular com o ensino médio, os cursos técnicos articulam-se também com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em relação aos cursos superiores de tecnologia, a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2002, institui as diretrizes para sua organização e seu funcionamento. Os cursos de tecnologia são designados como cursos superiores, tendo como foco o incentivo do desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

A produção e a inovação científico-tecnológica devem estar intrínsecas nas propostas dos cursos de tecnologia, incentivando sua produção e a aplicabilidade dessas novas tecnologias no mercado de trabalho, sem desconsiderar os impactos sociais, econômicos e ambientais ao serem incorporadas. Apenas no primeiro parágrafo do seu artigo 6º, a resolução aponta também para uma formação integral, quando preceitua que a organização curricular deve contemplar a formação para as competências profissionais tecnológicas incluindo fundamentos científicos e humanísticos indispensáveis para o desempenho profissional.

Neste contexto, é importante ressaltar o que essas duas resoluções tratam da formação exigida para o exercício da docência. No caso dos cursos de tecnologia, o docente deve possuir para o exercício do magistério a mesma formação exigida para docência no nível superior, nos termos do artigo 66 da LDB (1996), ou seja, a preparação se dará em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado não havendo nenhuma exigência que seja na área pedagógica.

Porém, para os cursos de nível técnico há o Título IV da Resolução nº 6 que é específico à formação docente. O artigo 40 aponta que a formação inicial para

a docência deve ser em cursos de graduação e programas de licenciaturas. No caso do docente não ser licenciado é assegurado o direito de participar ou de ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos de formação pedagógica que podem ser: excepcionalmente na forma de curso de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico; excepcionalmente tendo seus saberes profissionais reconhecidos, desde que tenha mais de 10 (dez) anos de docência na Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC; ou na forma de uma segunda licenciatura, diferente da original.

Como o IFCE oferta cursos de bacharelado nas diversas áreas e cada curso possui uma diretriz curricular específica, foi delimitado para análise desses cursos o documento “Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura”, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em abril de 2010. Esse documento procura sistematizar as diferentes denominações e descritivos de cursos existentes que correspondem à mesma formação específica, a fim de unificar em uma única denominação, procurando firmar a identidade de determinado curso.

O objetivo maior desses referenciais é estabelecer a carga horária mínima, a estrutura laboratorial e/ou infraestrutura para o funcionamento de determinado curso. Orienta-se que os projetos pedagógicos, onde se deve encontrar o percurso formativo do estudante, fica a critério de cada instituição. Portanto, esses referenciais não devem ser entendidos como diretrizes curriculares, pois cada curso deve construí-lo.

Utilizando como exemplo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, aprovado pela Resolução CNE/CES, de 11 de março de 2002, que foram base para a construção do PPC do curso de Engenharia Civil no IFCE do campus de Morada Nova, não há nenhuma orientação a respeito da formação do docente para atuar nesses cursos, porém no 3º artigo da resolução diz que:

O Curso de Graduação em Engenharia tem como perfil do formando egresso/profissional o engenheiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade. (BRASIL, 2002)

Identifica-se, em vista disso, que há uma orientação a respeito do currículo da formação do estudante, mas não há sobre a formação do docente. Há aí uma fragilidade nessas diretrizes, pois através do que se pretende ter como profissional formado pode-se deduzir qual seria esse perfil de docente, mas é apenas uma suposição, não está institucionalizado.

4 | REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DOCENTE NO IFCE

Foi publicada, em 30 de setembro de 2016, a Portaria 726 do Gabinete da Reitoria do IFCE estabelecendo os perfis profissionais dos docentes da instituição, definindo com essa padronização qual a formação mínima exigida para que um profissional seja contratado para lecionar no IFCE.

Para uma melhor compreensão de como esses perfis foram definidos, utilizaremos como exemplo o perfil profissional de um docente da Subárea “Álgebra”, Área “Matemática”, que está inserida na Grande Área “Ciências Exatas e da Terra”. Considerando as especialidades para tal profissional, esse docente pode ministrar tanto a disciplina Álgebra Linear em um Curso de Bacharelado em Engenharia Civil, por exemplo, como a disciplina de Matemática, da área propedêutica do Ensino Médio, nos diversos cursos Técnicos Integrados.

Neste caso, a exigência mínima para concorrer a esse cargo é a habilitação em Bacharelado ou Licenciatura em Matemática, como acontece também na subárea “Análise”, ou seja, para ser docente do IFCE não se exige uma formação pedagógica, se o candidato for formado em licenciatura ainda se tem no currículo as “disciplinas pedagógicas”, se a graduação for um bacharelado não há impedimento para ser docente.

Outro dispositivo legal que nos traz elementos para a discussão do perfil esperado do profissional docente é a Resolução nº 39 de 22 de agosto de 2016 do IFCE, que estabelece as diretrizes regulamentadoras da distribuição da carga horária docente.

A referida resolução é fruto de exigência estabelecida pela Portaria SETEC/MEC Nº17, de 11 de maio de 2016, que institui diretrizes gerais para a regulamentação das atividades dos docentes (RAD) pertencentes ao Cargo de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, atribuindo também a cada órgão máximo dos Institutos Federais o detalhamento das atividades docentes no âmbito do ensino, da pesquisa aplicada, da extensão, da gestão e representação institucional, de acordo com as diretrizes da referida portaria.

Logo no parágrafo único do artigo 2º da resolução, fica explícito que prioritariamente as atividades de ensino devem ser atendidas, ou seja, a maioria da carga horária docente deve ser em sala de aula, nos cursos e programas em todos os níveis e modalidades ofertados, ficando as outras atividades como possibilidades de complementação do limite máximo de carga horária prevista para o regime de trabalho. Vale ressaltar que o docente, apesar de ser incentivado à prática da pesquisa e da extensão, pode ter sua carga horária toda preenchida exclusivamente com atividades de ensino, desde que assim seja do seu interesse.

Depreende-se que a instituição necessita de profissionais para serem

essencialmente docentes, que se envolvam na atividade de ensino e aprendizagem na sala de aula, na troca de conhecimentos e na interação dialógica com os estudantes. As atividades de pesquisa e extensão devem ser voltadas para a melhoria do ensino, ou seja, seus resultados devem voltar para a sala de aula, para a melhoria do processo de aprendizagem. Como preconiza Pacheco (2011):

O fazer pedagógico desses Institutos, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. (PACHECO, 2011, p. 27)

Assim, as atividades docentes no âmbito do Ensino são: lecionar nos cursos técnicos e ou/licenciaturas; lecionar nos cursos de especialização técnica, graduação e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu); há também a possibilidade de ministrar aulas em cursos de extensão de Formação Inicial e Continuada. Além das aulas, os docentes têm a garantia de uma carga horária para a preparação e o planejamento das suas aulas, e para atendimento aos estudantes fora da sala de aula, essas atividades são consideradas como manutenção do ensino e essas horas são geradas automaticamente de acordo com a quantidade de horas/aula.

Para as atividades de apoio ao ensino o docente tem assegurada a participação nos encontros técnico-pedagógicos e nas reuniões com os diversos setores da gestão do campus. As orientações de estágio supervisionado curricular e extracurricular, de trabalho de conclusão de curso de graduação, de bolsas de monitoria acadêmica, bolsas de iniciação à docência como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), ou outro programa voltado à permanência e êxito estudantil também são atribuições do professor e da professora. Para concluir o eixo do ensino, ainda há a possibilidade de responsabilidade técnica por laboratório e de execução de projetos ou atividades complementares de ensino extracurriculares.

Outra possibilidade de atuação é no tocante às atividades de pesquisa, estas são caracterizadas como de natureza teórica, metodológica, prática ou empírica que devem ser desempenhadas em ambientes tecnológicos ou em campo, assim a pesquisa deve ser aplicada.

No caso das atividades de Extensão elas devem ser de transferência mútua de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição e estendido a comunidade externa. Ocorrem por meio de projetos ou programas, prestação de serviços, assessorias, consultorias ou cursos, com ênfase no desenvolvimento regional, observando-se aspectos técnicos, culturais, artísticos, políticos, sociais, ambientais e econômicos.

Além dessas possibilidades que contemplam o tripé ensino, pesquisa e extensão, garantindo aos Institutos Federais o caráter de instituição de ensino superior como as

universidades, o docente pode exercer cargos na gestão institucional e acadêmica, bem como atividades em comissões ou de fiscalização. Podendo assumir uma coordenação de curso técnico ou superior, de setor, chefia de departamento, direção de área, assessoria, participar de conselhos, comissões permanentes, colegiados, inclusive na fiscalização de contratos, entre outras atividades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, portanto, há uma ampla possibilidade de atuação do docente no IFCE. O profissional bacharel, tecnólogo ou licenciado que for selecionado para lecionar tem um grande desafio. As análises e reflexões feitas ao longo deste trabalho permitem inferir que a docência no âmbito da EPT exige conhecimentos que somente a formação inicial da maioria dos professores e das professoras não contempla, considerando que a maioria do corpo docente é formada por profissionais bacharéis e tecnólogos.

Ao investigar o perfil docente do IFCE, constatou-se que a concepção de educador/a, é de a de um/uma profissional que supere a pedagogia das certezas por uma pedagogia da pergunta, ou seja, que ultrapasse a prática da mera transmissão de conhecimentos e desperte o desejo de aprender, sem deixar de assumir um compromisso ético-político que é o ato de ensinar, pois foca sua ação no sujeito aprendente.

Além disso, sabe-se que articulação de conhecimentos, que resulta em uma formação omnilateral, visa à produção de um conhecimento que sirva para mudança social, numa perspectiva de que a pesquisa é prática pedagógica (CHIAVATTA, 2014). Assim, a educação estará intrinsecamente relacionada com a prática social, onde os estudantes, sujeitos da sua aprendizagem, não só acumulam conteúdos e novos conhecimentos, mas os produzem para intervir e melhorar o meio social onde estão inseridos.

Porém, constatou-se que não há exigência de uma formação pedagógica para lecionar nos cursos do IFCE, o que é uma fragilidade, pois para haver aprendizagem o/a docente necessita de conhecimentos que os cursos de bacharelados não contemplam, os saberes pedagógicos.

O que defendemos é que as políticas de formação pedagógica para docentes da EPT, especialmente para os que não são licenciados devem ser institucionalizadas no IFCE, tendo em vista que o exercício da docência envolve processos de construção da identidade profissional e o desenvolvimento da profissionalização (PIMENTA; ANASTASIOU, 2014), possibilitando ao professor uma atuação profissional crítica, reflexiva e competente na sua área específica e que seja capaz de exercer a docência de forma que leve os estudantes a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica**: por uma pedagogia integradora da educação profissional. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586/6100>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. **Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm>. Acesso em: 06 set. de 2019.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 06 set. 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7237-catalogo-nacioanl-cursos-superiores-tecnologia-2010&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. de 2019.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**/ Secretaria de Educação Superior. 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB n. 06, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Resolução CNE/CES n. 11, de 11 de março de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Resolução CNE/CP n. 03, de 18 de dezembro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

CIAVATTA, Maria. **O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS?**/The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. Trabalho & Educação-ISSN 1516- 9537, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>>. Acesso em: 11 set. 2019.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, Escola e Docência**: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IFCE. **Nota técnica 001/2013 – PROEN**. Disponível em: <<https://gestaoproen.ifce.edu.br/attachments/1791/nota%20t%C3%A9cnica%20n%C2%BA001-2013-PROEN.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Portaria nº 726/GR, de 30 de setembro de 2016**. Atualiza os perfis profissionais docentes do IFCE. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/proen/portaria-726-gr-2016-mesclado.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Resolução CONSUP nº 39, de 22 de agosto de 2016.** Aprova a regulamentação das atividades docentes (RAD) do IFCE. Disponível em: <<https://gestaoproen.ifce.edu.br/attachments/3004/2016-039.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Projeto político-pedagógico Institucional/ Instituto Federal do Ceará.** – Fortaleza: 2018. 153 p. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/RESOLUON046.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1 - jun. 2008. p. 8-22. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf>. Acesso em 08 set. 2019.

MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016.** Estabelece diretrizes para regulamentação das atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=43041-portaria-setec-n17-2016-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 ago. 2019.

OLIVEIRA, Julliano Cruz de. **Contribuições da formação pedagógica para a docência na educação profissional e tecnológica.** São Leopoldo, RS, 2018. 85 p. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/908/1/oliveira_jc_tmp599.pdf>. Acesso em 26 de ago. 2019.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais - uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília/São Paulo: Editora Moderna, 2011. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 11 set. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões.** Natal: IFRN, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Água 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34

Alfabetização 71, 125, 133, 134, 135, 139, 142, 144, 152, 231, 234, 237, 238, 242, 247

Alfabetize 133, 134

Aprendizado 20, 24, 33, 54, 79, 85, 97, 122, 127, 133, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 179, 202, 204, 206, 208, 228, 246, 259, 302

Aprendizagem 1, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 15, 17, 20, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 43, 51, 54, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 133, 134, 142, 143, 151, 152, 156, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 189, 192, 198, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 222, 226, 227, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 260, 262, 265, 267, 273, 275, 280, 282, 287, 289, 291, 297, 298, 306, 307, 308, 315, 321, 341

Assimetrias 188, 190, 191, 199, 200

B

BNCC 45, 46, 211, 212, 213, 216, 217

Brincadeira protagonizada 36, 37, 39, 43

C

Corpo 11, 168, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 195, 253, 262, 283, 284, 290, 294, 295, 297, 307, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 342, 348, 349, 350

D

Desafios 15, 49, 51, 96, 100, 103, 105, 108, 143, 176, 189, 191, 200, 201, 204, 206, 214, 222, 244, 254, 274, 279, 286, 318, 319, 349

Desenvolvimento profissional 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 286, 288

Dicotomia corpo/mente 177

Direito 8, 15, 21, 52, 72, 73, 75, 78, 123, 127, 128, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 163, 212, 259, 260, 270, 288, 299, 300, 319, 343, 344, 345

E

Educação continuada 133, 136, 142

Educação infantil 35, 36, 39, 41, 42, 43, 72, 231, 305, 306, 308, 309, 311, 348, 350

Educação profissional e tecnológica 1, 2, 3, 12, 13

Educação pública 45, 46, 47

Educação superior 3, 12, 158, 159, 160, 164, 165, 166, 175, 176, 188, 189, 190, 191, 199, 200, 229, 248, 256

Eficácia social 145, 146, 147

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 41, 42, 48, 50, 52, 55, 59, 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100,

107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 120, 121, 123, 126, 131, 135, 143, 144, 145, 146, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 231, 232, 233, 234, 237, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 267, 268, 270, 271, 277, 278, 280, 282, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 298, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 315, 345, 349, 351

Ensino de química 25, 31, 33, 34, 35

Ensino médio 6, 7, 9, 16, 24, 25, 27, 34, 59, 88, 90, 91, 94, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 164

Ensino público 163, 171, 201, 204

Ensino superior privado 157, 158, 159, 160, 164, 166, 167, 172, 175, 176

Estatística aplicada 54

Extensão da sala de aula 54

Extraescolares 14, 17, 19, 20, 21, 22

F

Fanfics 211, 212, 213, 215, 216, 217

Formação de professores 1, 13, 21, 36, 41, 133, 143, 188, 189, 199, 245, 246, 256, 263, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 306, 308, 311, 312

Foucault 177, 178, 179, 182, 185, 187, 297, 303, 325, 327, 329, 334, 348

Fracasso escolar 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

G

Gestão democrática 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Gestor escolar 45, 47, 49, 50, 51, 53

I

Inédito-viável 201, 202, 205, 207, 208, 209

Intraescolares 14, 17, 19, 20, 22

J

Jogo didático 24, 25

L

Legislação 2, 6, 47, 48, 49, 126, 145, 155, 199, 254, 256, 261, 268

M

Merleau-ponty 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Multidisciplinaridade 109

N

Nanociência 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

Nanotecnologia 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116

P

Perfil docente 1, 2, 4, 11

Precarização 157, 158, 159, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Produção de texto 140, 211, 212, 213, 215, 216, 217

Professor 2, 4, 5, 7, 10, 11, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 38, 57, 58, 73, 81, 93, 102, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 134, 136, 138, 143, 144, 152, 168, 171, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 258, 259, 261, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 289, 306, 308, 312, 313, 317, 318, 319, 320, 336, 339, 347

Psicologia histórico-cultural 20, 36, 43

T

Tecnologia 1, 2, 3, 7, 10, 12, 27, 69, 106, 107, 111, 116, 135, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 222, 225, 229, 249, 261, 263, 334

Trabalho docente 5, 131, 157, 158, 159, 161, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 198

 **Atena**
Editora

2 0 2 0